

A APROPRIAÇÃO ÉTICO-CULTURAL DOS RESULTADOS DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA NO CEMITÉRIO DOS PRETOS NOVOS, GAMBOA, RIO DE JANEIRO

Reinaldo Tavares¹

Resumo

Esse artigo trata da experiência do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos na difusão e na democratização dos resultados das pesquisas arqueológicas realizadas nos últimos anos sobre o sítio do Cemitério dos Pretos Novos e demais sítios arqueológicos adjacentes. As escavações realizadas em 2012 alargaram o conhecimento sobre o antigo cemitério de cativos africanos e revelaram a descoberta de dois outros sítios arqueológicos, que retratam diferentes momentos da ocupação humana na área da antiga região do Valongo, conhecido hoje em dia no bairro da Gamboa, na Zona Portuária da Cidade do Rio de Janeiro. Em um polígono de cerca de 9000m², onde se situa o Cemitério dos Pretos Novos, entre as Ruas Sacadura Cabral, Pedro Ernesto, Leôncio de Albuquerque e Rua do Propósito, em um mesmo quarteirão, foram identificados dois novos sítios arqueológicos que não se associam historicamente e nem arqueologicamente entre si. Esses dois sítios foram identificados através dos seus contextos observáveis e da cultura material associada, ainda preservada. O primeiro encontrado foi um sítio de contato da tradição Tupi-Guarani (Sondagem 01), associado no mesmo nível arqueológico com cerâmicas europeias datada da passagem do século XVII para o XVIII, encontrado ao lado do Cemitério dos Pretos Novos. O segundo, pré-histórico, é um sambaqui residual (Sondagem 09), batizado como Sambaqui do Propósito, existente na confluência das Ruas Sacadura Cabral e do Propósito, contendo restos alimentares, coleções malacológicas e lâminas bipolares. Apesar da proximidade entre os dois sítios, não foi possível identificar a existência de vestígio de cerâmica Tupi-Guarani sobre o Sambaqui do Propósito. Tais descobertas trouxeram ao Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN) a participação de grupos indígenas que se

¹ Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGARq), Museu Nacional – UFRJ, Quinta da Boa Vista, São Cristóvão – Rio de Janeiro, RJ. reinaldo.arqueologia@gmail.com. Mestre em Arqueologia (PPGARq/Museu Nacional-UFRJ), Professor de História (UNIVERSO / Niterói), aluno do curso de doutorado em Arqueologia do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional – UFRJ, Arqueólogo do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN, Rua Pedro Ernesto nº 36, Gamboa, Rio de Janeiro - RJ.

interessaram em difundir as suas diversas culturas e tradições, fazendo uma feliz associação com o passado histórico e pré-histórico da região. Essas manifestações feitas por representantes de diversos grupos indígenas, embora diacrônicas e sem ligações históricas diretas com as tradições arqueologicamente reveladas, se somaram as já pungentes celebrações de grupos afro-brasileiro transformando o IPN em uma instituição multicultural, que consegue com poucos recursos financeiros difundir a História e a Arqueologia da urbe carioca de forma original e com baixo custo financeiro.

Palavras-chave: Cemitério dos Pretos Novos; Arqueologia, patrimônio; ONGs.

Introdução

O Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN é uma instituição particular, sem fins lucrativos, ligada ao terceiro setor, mantida às duras penas através de investimento particular dos fundadores, doações, pequenos convênios com o Estado, instituições particulares e com a ajuda de um pequeno grupo de voluntários. A instituição foi criada pelo casal Petrúcio e Merced Guimarães e um pequeno grupo de amigos, no dia 13 de maio de 2005, para cuidar da memória do antigo cemitério dos Pretos Novos descoberto através de um achado fortuito sob a residência da família Guimarães no ano de 1996. Hoje, após 10 anos de sua fundação, o IPN conta com uma estrutura mais robusta, tendo no seu organograma uma Diretoria de Pesquisa que tem a sua disposição um grupo de professores associados, autônomos e pós-graduados, atuando principalmente nas áreas de História, Arqueologia, Antropologia e Sociologia. No ano de 2012 foi criada a Divisão de Arqueologia, ligada à Diretoria Técnica, que é o setor interno responsável pela continuidade das pesquisas arqueológicas relacionadas diretamente ao Cemitério Pretos Novos e ao antigo mercado de escravos da cidade do Rio de Janeiro.

Outros pesquisadores e instituições já contribuíram cientificamente para o entendimento dos achados arqueológicos, cabendo também à Divisão de Arqueologia agregar esses conhecimentos e difundi-los, dando o devido crédito e mérito aos seus autores. Sobre as pesquisas arqueológicas que já abordaram o tema Cemitério dos Pretos Novos faremos um pequeno resumo abaixo:

A primeira pesquisa arqueológica, abrangendo a análise dos artefatos encontrados no salvamento arqueológico foi realizado com o apoio institucional do Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB e com a participação do Departamento Geral do Patrimônio Cultural (DGPC) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que atuaram conjuntamente na operação de salvamento dos restos humanos exumados pelos trabalhadores da construção civil na residência do casal Guimarães, no ano de 1996, situada na Rua Pedro Ernesto, 36, Gamboa – Rio de Janeiro. Os primeiros dados concretos,

provenientes do achado fortuito, foram divulgados na reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) no ano de 2001 (CARVALHO. Et AL.2001)

Ainda em 2001 uma exposição contendo fotografias e informações mais detalhadas sobre os vestígios arqueológicos encontrados, dando ênfase a historiografia e a análise dos dentes e ossos, feita pelo IAB, com o apoio do DGPC e do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, rende uma nova publicação (catálogo) com o título: *Africanos Novos na Gamboa. Um portal Arqueológico* (VARGAS et al., 2001). Cinco anos após a exposição um artigo científico mais robusto, abrangendo os aspectos bioantropológicos, sob a responsabilidade da arqueóloga e bioantropóloga Dr^a Lilia Cheuiche Machado, foi publicado em 2006, graças ao esforço do arqueólogo Dr. Ondemar Dias e equipe após o falecimento da pesquisadora titular. Na obra de Machado (2006), acima citada (DIAS et al., 2006) é feita uma brilhante análise dos fragmentos osteológicos de 31 indivíduos, onde levou-se em consideração o número mínimo de indivíduos (NMI), os aspectos da cremação funerária, o estudo dentário (patologias e traços morfológicos da dentição), as alterações intencionais na forma da coroa dos dentes e patologias ósseas (saúde e estresse biológico). A obra da Dr^a Lilia continua sendo, até o momento, o mais completo estudo realizado sobre a coleção osteológica retirada em 1996 do subsolo da residência do casal Guimarães.

O material humano proveniente do Cemitério dos Pretos Novos, salvaguardado no IAB por determinação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, deu origem a outras pesquisas científicas que aprofundaram o entendimento sobre as correntes migratórias de cativos africanos para o Brasil. As análises das modificações dentárias de origem cultural (LIRYO, A; SOUZA, S.M; COOK, D.C., 2011) e da relação existente entre o nível de isótopos de estrôncio encontrada nos dentes dos cativos africanos e das diversas regiões do continente africano (BASTOS, 2014) foram de suma importância para Arqueologia da Diáspora Africana. Tais pesquisas ajudaram no entendimento de uma prática multi-regional de tráfico de cativos, com origem no próprio continente africano, para um mesmo momento histórico. Acreditávamos, até então, que as levadas de importação dependiam de condições históricas e de conflitos regionais isolados, que garantiram a imigração forçada de etnias separadas no curso do tempo Histórico. Mas hoje, já temos um novo entendimento baseado nas informações advindas das pesquisas de Liryo (2011) e Bastos (2014), as quais demonstraram que chegaram levadas de cativos de vários locais do continente africano, tanto para a região de Salvador (Bahia) quanto para o Rio de Janeiro durante o último século de tráfico legal de escravos. Até o momento pudemos aplicar esse conhecimento e relacioná-lo com o

contexto histórico e cronológico obtido para a análise do Mercado de Escravos do Rio de Janeiro e a sua relação com o Cemitério dos Pretos Novos .

Em 2010 (catorze anos após o achado fortuito) as pesquisas no Cemitério dos Pretos novos foram reiniciadas, agora com o apoio institucional do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos e do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional (PPGARq) / UFRJ. A análise passou a ser voltada para o cemitério em si, procurou-se saber a sua localização espacial para fins de proteção legal, já que a Região Portuária da cidade do Rio de Janeiro estava passando por um processo de revitalização urbana e sofria com uma forte especulação imobiliária. Sondagens foram realizadas nas vias circundantes à necrópole abrangendo, na parte externa: a Rua Leôncio de Albuquerque, Rua Pedro Ernesto e Rua do Propósito. Na parte interna, sondamos os imóveis de número 34 e 32 da Rua Pedro Ernesto. A pesquisa foi produtiva revelando que o cemitério não ocupava as atuais vias públicas, mas que se encontrava relativamente protegido sob os imóveis unifamiliares em um polígono que se insere entre o número 36 da rua do Propósito até as edificações confluentes com as Ruas Leôncio de Albuquerque e do Propósito. Além da localização relativa, foi possível identificar a prática de se inumar os restos humanos dos pretos novos junto com o lixo urbano da região, mostrando o abismo social que existia entre a sociedade residente e o cativo africano recém chegado. As sondagens externas e internas revelaram a existência de mais dois sítios arqueológicos sob o quarteirão, a saber: um sítio de contato e um sambaqui residual (TAVARES, 2012). Atualmente, a pesquisa iniciada em 2010 se encontra em uma segunda fase, onde se busca o entendimento volumétrico do sítio, a sua relação com o entorno, os impactos causados pela ocupação imobiliária sobre a necrópole e a disposição dos restos humanos no interior do sítio. A pesquisa ainda está em desenvolvimento e se encontra vinculada a tese de doutorado desse autor a ser defendida no ano de 2017.

Desde 2012, os restos mortais dos Pretos Novos (já conhecidos desde 1996) ficaram expostos no solo da própria necrópole em janelas arqueológicas, assim como o sítio de contato adjacente, dividindo a atenção com a a cultura material produzida pela sociedade sambaqueira e pelos indígenas da tradição Tupi-guarani, conjuntamente com a cultura material europeia e brasileira do século XIX. Essa abrangência passou a chamar a atenção de moradores, pesquisadores e de representantes das nações indígenas que viram a oportunidade de contribuir de forma objetiva com suas práticas culturais, voltadas para a valorização da História Regional e das tradições ancestrais.

Por se tratar de uma relação nova, foi necessário procurar na legislação vigente as bases legais para formatar essa exposição de forma eficaz, para que incluir as culturas representadas sem colocar em risco o acervo arqueológico ainda disposto em janelas arqueológicas situadas no interior Memorial dos Pretos Novos.

Uma Breve Análise da Legislação Vigente

Para democratizar o conhecimento e, ao mesmo tempo, para promovermos a explicitação da pesquisa arqueológica, formulamos a criação de uma exposição permanente, *in situ*, dos achados relativos ao Cemitério dos Pretos Novos, denominado de Memorial dos Pretos Novos. Baseamos as nossas ações na legislação nacional e nas cartas patrimoniais da UNESCO, ao qual o Brasil é signatário.

O artigo 215 da Constituição Brasileira de 1988 destaca:

Artigo 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

A Carta de Cabo Frio (UNESCO / 1989) destaca a importância da preservação de aspectos culturais e patrimoniais oriundas dos povos indígenas e a integração da ciência arqueológica no contexto da valorização dos valores ancestrais:

É preciso rever a história americana, reconhecendo o papel das populações do continente. Para garantia da autonomia das sociedades e culturas indígenas, é fundamental assegurar-lhes a posse e o usufruto exclusivo de suas terras e a preservação de suas línguas – fatores centrais de sua identidade. O trabalho dos cientistas sociais e dos órgãos responsáveis deve assegurar a liberdade do desenvolvimento cultural dos povos indígenas.

O sentido de conquista que caracterizou o encontro de culturas na América resultou em um processo desigual de interação, com o sacrifício de muitos valores. Os novos encontros de culturas deverão ser direcionados no sentido do respeito aos contextos locais.

O quinto centenário da chegada de Colombo é a oportunidade para se rever a história americana, levando-se em conta que a ocupação do continente precede em muito a fixação do europeu. Nesse sentido, é fundamental a preservação de todo tipo de testemunhos, como os sítios geológicos, arqueológicos, fossilíferos e naturais.

O processo de preservação, por sua complexidade, demanda um concurso interdisciplinar e uma ação interinstitucional. Para o conhecimento e a preservação do patrimônio cultural e natural, faz-se necessária a apropriação de métodos específicos e de novas técnicas disponíveis.

O êxito de uma política preservacionista tem como fator fundamental o engajamento da comunidade, que deve ter por origem um processo educativo em todos os níveis, com a utilização dos meios de comunicação. O respeito aos valores naturais, étnicos e culturais, enfatizados através da educação pública, contribuirá para a valorização das identidades culturais. (Cartas Patrimoniais – caderno de documentos nº 3 – IPHAN / 1995).

A Carta de Lausane (1990) instiga os pesquisadores a buscar pela participação popular nas pesquisas garantindo a democratização das informações arqueológicas e preservação da história e da cultura local criando o conceito de “conservação integrada”.

A participação do público em geral deve estar integrada às políticas de conservação do patrimônio arqueológico, sendo imprescindível todas as vezes em que o patrimônio de uma população autóctone estiver ameaçado. Essa participação deve estar fundada no acesso ao conhecimento, condição necessária a qualquer decisão. A informação do público é, portanto, um elemento importante de "conservação integrada". (Carta de Lausane – 1990, Art.2º: Políticas de Conservação Integradas)

O respeito que tivemos com as identidades étnicas e com a religiosidade estão pautadas na Declaração de Sofia de 1996, elaborada durante a XI Assembleia Geral do ICOMOS na cidade de Sofia em 1996.

A defesa do pluralismo cultural, do respeito ao patrimônio alheio e do repúdio à intolerância constituirá, assim, um imperativo ético universal. Esta defesa, essencial para a manutenção da paz, deve manifestar-se entre os diversos países e em cada país, respeitando a origem heterogênea das populações, incluindo as minorias étnicas, religiosas e linguísticas.

Respeitadas estas condições, a prova de autenticidade expressa na Carta de Veneza, dentro do espírito do conceito de preservação, deverá ser definida com exatidão. Para resguardar o caráter universal da Carta, cada área cultural deverá ser objetivo de esclarecimento e aprofundamento. Esta perspectiva tornará indispensável a exigência de que todo monumento histórico considere o seu entorno físico e a sua dimensão social. [...] Convém crescer que esta relação integra o conjunto dos elementos históricos, espirituais e afetivos existentes na raiz das transformações sociais (UNESCO – ICOMOS, Declaração de Sofia, 1996).

As Ações Desenvolvidas para Democratizar os Resultados da Pesquisa Arqueológica

Em face à Carta Magna Brasileira e às cartas patrimoniais, declarações e recomendações da UNESCO acima expostas, elaboramos e executamos as nossas ações com um viés ético, étnico, comunitário e social o qual detalhamos abaixo:

No dia 12 de setembro de 2012, o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos - IPN, através da sua diretoria de pesquisa e do seu núcleo de religiosidade africana, realizou a apropriação cultural e religiosa do acervo arqueológico; obteve a benção religiosa das janelas arqueológicas; saudaram-se os ancestrais; santificou-se de acordo com as práticas do candomblé o solo do Cemitério dos Pretos Novos (incluindo todo o quarteirão) e efetivou-se a proteção mecânica dos restos mortais dos africanos escravizados com a inauguração das pirâmides de vidro sobre as janelas arqueológicas.

No evento, foi apresentada à sociedade a nossa pesquisa arqueológica de delimitação através de uma projeção e de uma palestra. Foram apresentadas pelos prof. Mestre Claudio Honorato (pesquisador do mercado de escravos do Valongo) e pelo Prof. Dr. Júlio César (Diretor do Núcleo de Pesquisa do IPN) as pesquisas para o ano de 2013. Além de novas pesquisas históricas sobre o Cemitério dos Pretos Novos, e sobre o mercado de escravos da Gamboa, são também relacionados: os Lazaretos de escravos da Gamboa e da Ilha de Bom Jesus, o Sambaqui do Propósito e o Sítio de Contato Pedro Ernesto.

O evento consolidou a parceria institucional entre a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro - CDURP e o Instituto Pretos Novos, iniciada com o apoio institucional na nossa pesquisa e no estudo da criação do Circuito Turístico da Herança Africana na região. Estiveram presentes: autoridades civis e militares, representantes do Ministério da Cultura, da UNESCO, da sociedade civil organizada, do Movimento Negro, do CEDINE, COMDEDINE e da Fundação Palmares. O evento contou também com a abertura da exposição NOVA ARQUEOLOGIA, com a curadoria de Marcos Teobaldo e a reinauguração da galeria de arte dos Pretos Novos.

Por entendermos que a Arqueologia não deva ficar restrita às bibliotecas da universidade e aos acervos técnicos, colocamos em exposição alguns artefatos retirados do subsolo do Cemitério dos Pretos Novos (sondagem 02), do Sítio de Contato (sondagem 01) e do Sambaqui do Propósito (sondagem 09), que ainda estão em processo de curadoria para que os moradores da Gamboa, Saúde e Providência pudessem visitar o IPN e se identificar com a História e com a Arqueologia do seu bairro e da sua cidade.



Figura 1 – Solenidade religiosa de apropriação cultural e religiosa do espaço ancestral do Cemitério dos Pretos Novos e de bênção do solo com as águas de cheiro do candomblé.



Figura 2 – A Yalorixá Edelzuíta de Oxoguian e a Equedi Josélia de Oxalá fazem a bênção com água e a inauguração das janelas arqueológicas.



Figura 3 – Pronunciamento do então chefe de gabinete da CDURP, e atual presidente da mesma companhia, o sociólogo Alberto Silva.

No dia 21 de setembro de 2012, o Instituto Pretos Novos em parceria com a instituição RAHIS (Raízes Históricas Indígenas) realizou uma apropriação cultural e religiosa dos sítios arqueológicos e de todo o quarteirão. Com a presença de uma (sacerdotisa) Pajé Tupi se firmou o compromisso mútuo de proteção de espaço ancestral ritualisticamente.



Figura 4 – Celebrando os ancestrais presentes espiritualmente na terra e nos artefatos



Figura 5 – Cerimônia de Apropriação Cultural feita por Anápuaka Muniz Tupinambá, líder representante da etnia tupinambá em conjunto com lideranças de outras etnias.



Figura 6- Lideranças femininas dos povos indígenas circundando o quarteirão sacralizado, com a presença de Cristiane Ubuntu Papiõn, ao som da música de Cristino Wapichana em cerimônia de honra aos ancestrais.



Figura 4 – Benção da pajé e a cerimônia de consagração do solo sobre o Sítio de Contato Pedro Ernesto (Tupinambá-Europeu).

O evento contou com a presença de lideranças indígenas, lideranças locais, professores da PUC-RJ, pesquisadores, representantes da sociedade civil organizada, representantes das autoridades governamentais civis e militares e obteve cobertura da imprensa nacional e internacional.



Figura 5 - Benção da pajé, apropriação religiosa e consagração do solo ancestral na rua do Propósito, sobre o local onde foi encontrado o sambaqui residual do Propósito

Considerações Finais

Apesar das dificuldades financeiras, da insegurança com as ações políticas governamentais, da volatilidade das ações do voluntariado e da pressão social dos diversos grupos étnicos participantes do convívio sociocultural, o IPN tem se mantido estável institucionalmente. Apesar da legislação proteger os bens arqueológicos e de haver determinações de gestão e valoração cultural das comunidades e instituições, ainda não há uma política pública definida para a manutenção dos sítios arqueológicos incorporados ao núcleo urbano. Diferentemente de uma instituição que detenha a autorização de salvaguarda dada pelo poder público, através do IPHAN, os sítios arqueológicos incorporados a residências, associações e imóveis particulares nem sempre tem condições técnicas de proteger o sítio sobre a sua responsabilidade e de manter o acervo arqueológico, mesmo *in situ*, bem conservado. Mas diferentemente dos centros de salvaguarda os sítios incorporados tem a vocação de democratizar o conhecimento e de fazer nascer ações de preservação e de empoderamento das comunidades através da valorização do patrimônio histórico-cultural de uma determinada região. É essa a experiência positiva que o IPN – Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos tem para compartilhar.

O IPN tem sofrido com a falta de apoio governamental e com a falta uma fonte estável de fomento, que mantenha minimamente o custeio das suas atividades. Apesar de contar com uma administração estável mantida pela família Guimarães, auxiliada por um corpo técnico científico e por voluntários que orientam as ações socioculturais, o programa do instituto ainda é dependente do resultado das suas próprias ações. Somente imbuídos do espírito de cooperação e de identidade com a luta pela preservação da memória dos Pretos Novos é que conseguimos chegar até o patamar de estabilidade, incluindo as pesquisas arqueológicas e as ações socioculturais. O entendimento dessa necessidade levou a criação da Divisão de Arqueologia, que hoje conta com um arqueólogo residente.

Cabe salientar, que todo o processo de valorização da cultura afro-brasileira e, agora, da cultura indígena na Região Portuária da Cidade do Rio de Janeiro, nasceu dentro do IPN. A participação da instituição se faz presente sobretudo durante as obras de revitalização (Porto Maravilha). As atividades de proteção ao patrimônio nasceram ainda em 1996, quando a família Guimarães resolveu não esconder sob o cimento os ossos e a história dos Pretos Novos. Foram essas ações individuais, transformada pela sociedade civil organizada, que precionaram no passado e ainda pressionam o Estado para que os efeitos reais de preservação possam se tornar plenos. Precisamos fazer valer a

legislação textos das cartas e leis de proteção patrimonial. Daí vem o sucesso do IPN como agente de transformação social, pois vive pressionando o Estado para que cumpra o seu papel diante do patrimônio arqueológico protegido em seu subsolo.

O papel das ONGs não deve ser relativizado, pois ele é fundamental para o desenvolvimento de ações de desenvolvimento social e de proteção ao patrimônio público, apesar da sua fragilidade institucional em frente ao Estado. As instituições civis sem fins lucrativos, em tese são mais objetivas e mais leves, não fazem parte da máquina pública, não são pressionadas por ações eleitorais e nem detêm nos seus quadros de direção funcionários e cabos eleitorais que fazem de tudo em nome de um partido político para não perderem os seus cargos em comissão e cargos públicos. As ONGs se relacionam com o estado através de convênios auditáveis e são controladas pelos órgãos públicos de fiscalização. As Organizações Não Governamentais tem na promoção do voluntariado a sua principal relação com a juventude e é através desse movimento que se desenvolve a conscientização de preservação perante a sociedade. A relação custo-benefício, por si só, já é o ponto primordial dessa relação entre ente promotor e o bem público a ser protegido. No nosso entender, a economia e a eficácia das ações de proteção ao patrimônio são muito mais fácil de ser atingidas através do convênio entre ONGs e o Estado, do que por instituições públicas, controladas politicamente e cheias de entraves burocráticos. O IPN está aí para provar que isso é possível, mesmo com baixos recursos e sem a titularidade do Estado está desde 2005 desenvolvendo pesquisa, preservando o patrimônio arqueológico e promovendo ações sócio-educativas.

Referências

BASTOS, Murilo Quintans Ribeiro. *Dos Sambaquis do Sul do Brasil à Diáspora Africana: Estudos de Geoquímica Isotópica de Séries Esqueléticas Humanas Escavadas de Sítios Arqueológicos Brasileiros*. 2014. Tese de doutorado. Brasília: Instituto de Geociência, Universidade de Brasília, 2014.

CARVALHO, E. et al. O Cemitério dos Pretos Novos. Uma abordagem Interdisciplinar. Resumo. In: *SAB 2001 – Arqueologia no Novo Milênio*. XI Congresso de Arqueologia Brasileira. Rio de Janeiro: SAB. 2001

LIRYO, A; Souza, S.M; COOK, D.C. Dentes Intencionalmente modificados e etnicidade em cemitérios do Brasil Colônia e Império. *R. Museu Arq. Etn.*, n. 21, p. 325-334, 2001.

MACHADO, Lília Cheuiche. Sítio Cemitério dos Pretos Novos: análise biocultural. Interpretando os ossos e os dentes humanos. *Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB)*, n.12, p.1-24, .2006. Disponível em: <<http://www.arqueologiabrasilis.com.br/arqueologia/wp->

content/uploads/sites/2/2014/08/s%C3%ADtio_cemit%C3%A9rio_pretos_novos_an%C3%A1lise_biocultural.pdf>. Acesso em: 31 out. 2016.

TAVARES, Reinaldo Bernardes. *Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro, Século XIX: uma tentativa de delimitação espacial*. 2012. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

VARGAS, C. *et al.*. *Africanos Novos Na Gamboa. Um Portal Arqueológico*. Catálogo de Exposição. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – Secretaria das Culturas – Departamento Geral de Patrimônio Cultural. 2001.